



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ART.75, INCISO II, §3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº17/2024 - PROCESSO Nº 18/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE RECREIO/MG, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 28, de 19/01/2024 e Portarias n.º 15 e 16, ambos do dia 22/08/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do art. 75, inciso II, combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que encontra-se em aberto, processo, para fornecimento de Tonner e Tintas para as impressoras da Câmara Municipal de Recreio/MG, pelo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme requisição administrativa abaixo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNID	VALOR TOTAL
01	10	UNID	TINTA T544 L3110 L3150 L5190 L3210 L3250 P/ impressora EPSON – 4 L		
02	08	UNID	1 LITRO TINTA L5290 L3110 L3150 L5190 L3210 L3250 PARA impressora EPSON		
03	12	UNID	TONER HP 58X ORIGINAL M404DW M428 M428FDW CF258X		
04	04	UNID	TONER 80ª 05ª COMPATÍVEL COM HP CF280A CE505A RENDE 2700 PAG.		
05	12	UNID	TONER HP W1330X 330X PRETO ORIGINAL 15K		

OBSERVAÇÃO: A empresa será responsável por todas as despesas como: equipamentos, mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.

1.1 JUSTIFICATIVA:

O fornecimento de toner e tintas para as impressoras da Câmara Municipal de Recreio/MG é essencial por diversas razões fundamentais:

1. Manutenção da Operacionalidade: As impressoras são ferramentas indispensáveis para a gestão documental da Câmara Municipal, utilizadas na impressão de atas, projetos de lei, documentos administrativos, entre outros. O fornecimento regular de toner e tintas assegura que essas impressoras estejam sempre operacionais, evitando interrupções no fluxo de trabalho.



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



2. Economia de Recursos: Ao garantir o fornecimento de toner e tintas de maneira contínua, a Câmara Municipal evita custos adicionais e imprevistos relacionados à compra emergencial desses insumos. Com um planejamento adequado, é possível controlar melhor os gastos e otimizar o orçamento destinado à manutenção de equipamentos de escritório.

3. Qualidade e Eficiência na Impressão: O uso de toner e tintas originais ou de qualidade adequada contribui significativamente para a qualidade das impressões realizadas. Isso é crucial para documentos oficiais e legislativos, nos quais a clareza e a legibilidade são fundamentais para a compreensão e o registro adequado das informações.

4. Sustentabilidade Ambiental: O fornecimento regular de toner e tintas permite um descarte responsável dos cartuchos vazios, seguindo práticas ambientalmente conscientes. Além disso, evita o desperdício de recursos ao manter os equipamentos em funcionamento por mais tempo, prolongando sua vida útil e reduzindo o impacto ambiental associado à substituição prematura.

5. Atendimento às Demandas Legislativas e Administrativas: A Câmara Municipal possui obrigações legais e administrativas que requerem impressões regulares e pontuais. Garantir o fornecimento de toner e tintas é fundamental para cumprir essas demandas de maneira eficiente e dentro dos prazos estipulados.

Além das razões já mencionadas, há várias justificativas adicionais para o fornecimento de toner e tintas para as impressoras da Câmara Municipal de Recreio/MG, visando melhor atendimento à população e garantia de impressão de qualidade nos documentos públicos:

Agilidade no Atendimento de Demandas: A impressão de documentos é muitas vezes necessária para responder rapidamente às demandas dos cidadãos, órgãos governamentais e outros interessados. Ter toner e tintas disponíveis assegura que a Câmara Municipal possa atender prontamente às solicitações, proporcionando um serviço eficiente e responsivo à comunidade.

Documentação Legislativa e Administrativa de Qualidade: Documentos impressos de qualidade são essenciais para registrar de forma precisa e legível as decisões legislativas, resoluções e outras atividades administrativas da Câmara Municipal. Isso não apenas facilita o trabalho dos funcionários, mas também fortalece a validade e a credibilidade dos registros públicos.

Comunicação Eficaz com os Cidadãos: A qualidade das impressões contribui para uma comunicação clara e eficaz com os cidadãos. Documentos bem impressos são mais fáceis de ler e compreender, garantindo que as informações essenciais sejam transmitidas de maneira acessível e compreensível para todos os públicos.

Preservação do Patrimônio Documental: Manter toner e tintas adequados para as impressoras ajuda na preservação a longo prazo do patrimônio documental da Câmara Municipal. Documentos



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



bem conservados são essenciais para a história local, pesquisa acadêmica e acesso futuro às informações sobre a gestão pública e legislativa do município.

Portanto, o fornecimento de toner e tintas para as impressoras da Câmara Municipal de Recreio/MG não apenas assegura a continuidade das operações diárias, mas também promove eficiência, economia e responsabilidade ambiental no uso de recursos públicos, contribuindo para a eficácia e transparência das atividades legislativas e administrativas locais. Ao investir no fornecimento contínuo de toner e tintas, a Câmara não só atende às demandas operacionais e administrativas internas, mas também reforça seu compromisso com a transparência, eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos essenciais à comunidade.

Tal solicitação está amparada pela Lei Federal nº14.133/2021.

1.2. A intenção pela opção de contratação desta modalidade, ocorreu pelo enquadramento legal do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

1.3. OPTA, a Administração, avaliados os aspectos/fatos que norteiam o caso em tela, considerando ser uma contratação esporádica e de baixo custo, resta evidente que a contratação direta é a via adequada e efetiva para dar agilidade e eficiência ao processo.

1.4. Entretanto, a presente Dispensa de Licitação só será efetivada depois de respeitado o prazo disposto no §3º do art.75, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O pagamento será realizado à vista, em até 30 dias, após a emissão da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.6. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da Secretaria desta Casa, conforme dotações orçamentárias previstas no orçamento vigente.

1.7. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente DISPENSA, independente de outro que por mais privilegiado seja, será a Comarca de Leopoldina/MG.

1.8. Aplica-se a este Termo de Dispensa, nos casos omissos, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) Lei Federal nº 4.320/1964;
- d) Lei Complementar Federal nº 101/2000;

1.9. O objeto pretendido, ora processado e caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art.75, inciso II, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021, com as justificativas presentes nos autos.



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



1.10. Considerando o acima exposto acolho as justificativas da dispensa de licitação e AUTORIZO publicação no site <https://www.recreio.mg.leg.br> pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

1.3. A proposta contida no Envelope deverá ser apresentada, com as seguintes exigências:

1.4. - Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricada em todas as suas folhas;

1.5. - Fazer menção ao número deste Processo licitatório e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, e, de preferência, com a indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

A PROPOSTA DEVERÁ CONTER AINDA:

1.6. - Descrição detalhada e expressa do objeto desta licitação, com as características solicitadas;

1.7. - Indicação de PREÇOS UNITÁRIO e TOTAL

1.8. - Indicação dos prazos, conforme previsto no referido edital;

1.9. - Quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.

1.19.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela comissão.

1.10. - Serão corrigidos automaticamente pela comissão, quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

1.11. - Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “Proposta” com poderes para esse fim; e

1.12. - A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope “Documentação”.

1.13. - A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para recebimento e abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentação”.

DO DESEMPATE

1.14. No caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, conforme o estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021: disputa final; avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes; desenvolvimento de ações de equidade de gênero, desenvolvimento de programa de integridade.

2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



As empresas interessadas deverão apresentar a seguinte documentação:

2.1 – DOCUMENTOS de habilitação

2.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual; ou, ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores; e ou, decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.1.2 - Cédula de identidade (ou outro documento com foto) e CPF dos sócios;

2.1.3 - Declaração sobre Empregado Menor, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, declaração de impedimento de contratar com a Administração Pública e que não foi declarada inidônea, declaração de demais condições impeditivas da Lei Federal nº 14.133/2021 e que inexistem fatos impeditivos à sua habilitação;

2.1.4 - Declaração de enquadramento no regime ME ou EPP;

2.2 - DOCUMENTOS para Qualificação Econômico - Financeira:

2.2.1- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante;

2.3- DOCUMENTOS para Regularidade Fiscal/Trabalhista:

2.3.1- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

2.3.2 - Alvará de Funcionamento e localização Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação;

2.3.3 - Certificado de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.3.4 - Certidões de regularidade de situação para com os entes Federados, sendo elas:

2.3.4.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

2.3.4.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; e,

2.3.4.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio/sede da licitante.

2.3.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

2.3.6 - Certidão junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS) sanções que restrinjam o direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública;

2.3.7 - Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), nos termos da Lei nº 8.429/92.

2.4. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente, sendo assegurada a empresa que apresentar a proposta mais vantajosa, o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação dos documentos em original



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



ou em cópia autenticada, no setor de Licitações da Câmara de Recreio/MG.

2.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital ou entregá-los pessoalmente na sede desta Câmara, após solicitação, sob pena de inabilitação.

2.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando for solicitado.

2.8. O fornecedor provisoriamente vencedor, que estiver concorrendo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

2.9. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

2.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

3 – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Após a ratificação da dispensa, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

3.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

3.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a esta Augusta Câmara, para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03(três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

3.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

3.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta e necessidade da Administração, conforme legislação vigente.

3.6. O fornecimento deverá ser IMEDIATAMENTE após a emissão da Ordem de Serviço (OS) de Fornecimento e/ou solicitação formal feita pela Câmara de Recreio/MG, enviada para a



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



CONTRATADA, por e-mail e/ou outro meio de contato apresentado pela mesma.

4 – DAS SANÇÕES

4.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

4.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances bem como praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

4.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Câmara ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.6. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

4.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



4.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

4.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

4.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

4.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

4.12. Sempre será assegurado aos licitantes o contraditório em ampla defesa, conforme legislação vigente.

5 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. O procedimento será divulgado e publicado no site <https://www.recreio.mg.leg.br>

5.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente aviso com uma nova data;

b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

c) no caso da alínea anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

d) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

5.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

5.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

5.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

5.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



5.9. Até o dia, horário e local Informado abaixo neste instrumento, a empresa interessada em participar da dispensa, deverá apresentar, sua proposta de preços e documentação de habilitação, em envelopes separados, fechados e rubricados nos fechos, opacos, DEVIDAMENTE LACRADOS assinado em todos os fechos dos envelopes.

6.0. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) ANEXO I – Declaração sobre Emprego Menor, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº14.133/2021, declaração de impedimento de contratar com a Administração Pública e que não foi declara da inidônea, declaração de demais condições impeditivas da lei nº 14.133/2021 que inexistem fatos impeditivos sua habilitação (anexo I)

b) ANEXO II – Declaração de enquadramento no regime ME ou EPP (anexo II);

6. Manifestação de interesse, documentação e proposta de preços, detalhada com as especificações do objeto e documentação acima devem ser entregues na Câmara até às 09h, do dia 01/07/2024.

7. Abertura dos envelopes será no dia 01/07/2024 às 10hs.

Câmara Municipal de Recreio/MG, aos 20 de junho de 2024.

DANIELLE ARRUDA DE SOUZA LIMA ROSA

Agente de Contratação



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Dispensa de Licitação nº ____/2024 – Processo Licitatório nº ____/2024, instaurada pela CÂMARA MUNICIPAL DE RECREIO/MG, que a empresa: _____ CNPJ: _____

- 1 – Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e a Lei Federal nº 14.133/2021, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2 – Não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- 3 – Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 4 – Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei Federal nº 14.133/2021; e,
- 5 – Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome da empresa
Nome do responsável legal da empresa
RG e CPF do responsável



CAMARA MUNICIPAL DE RECREIO

CEP 36.740-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

email: licitacao@recreio.mg.leg.br

CNPJ: 20.298.832/0001-43



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP).

Dispensa de Licitação nº ____/2024 – Processo Licitatório nº ____/2024

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

- MICRO EMPRESA
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____ Endereço: _____,

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional:

- SIM NÃO

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome da empresa
Nome do responsável legal da empresa
RG e CPF do responsável